



**Processo nº** 19647.000485/2008-20  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** 2301-008.343 – 2<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 3<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária  
**Sessão de** 05 de novembro de 2020  
**Recorrente** SERVITIUM LTDA  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS**

Período de apuração: 01/06/1997 a 31/12/1997

**OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA PREVIDENCIÁRIA. PRAZO DECADENCIAL.**  
ART. 173, I, DO CTN. SÚMULA CARF 101

Na hipótese de aplicação do art. 173, inciso I, do CTN, o termo inicial do prazo decadencial é o primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado. (Vinculante, conforme Portaria MF nº 277, de 07/06/2018, DOU de 08/06/2018).

No caso de multa por descumprimento de obrigação acessória previdenciária, a aferição da decadência tem sempre como base o art. 173, I, do CTN, ainda que se verifique pagamento antecipado da obrigação principal correlata ou esta tenha sido fulminada pela decadência com base no art. 150, § 4º, do CTN

**APLICAÇÃO SÚMULA CARF 148**

No caso de multa por descumprimento de obrigação acessória previdenciária, a aferição da decadência tem sempre como base o art. 173, I, do CTN, ainda que se verifique pagamento antecipado da obrigação principal correlata ou esta tenha sido fulminada pela decadência com base no art. 150, § 4º, do CTN.

**ALEGAÇÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE. SÚMULA CARF 2.**

O CARF não é competente para se pronunciar sobre a constitucionalidade da lei tributária.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.

(documento assinado digitalmente)

Sheila Aires Cartaxo Gomes - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Maurício Dalri Timm do Valle - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Joao Mauricio Vital, Wesley Rocha, Cleber Ferreira Nunes Leite, Fernanda Melo Leal, Paulo Cesar Macedo Pessoa, Leticia Lacerda de Castro, Mauricio Dalri Timm do Valle, Sheila Aires Cartaxo Gomes (Presidente).

## Relatório

Trata-se de recurso voluntário (fls. 269-274) em que a recorrente sustenta, em síntese:

- a) Há decadência dos créditos referentes às competências do ano de 1997, de acordo com o firmado pela Súmula Vinculante nº 08, de 20/06/2008.
- b) Inconstitucionalidade do art. 45 da Lei nº 8.212/91, segundo a jurisprudência já pacificada no judiciário.

Ao final, formula pedidos nos seguintes termos (fl. 274):

“Por todo o exposto, requer a esse Egrégio Segundo Conselho de Contribuintes que, se digna conhecer as presentes razões e dar-lhes provimento, para o fim de reformar a r. decisão de primeira instância, determinando, a nulidade do auto de infração, para ao fim, julgar totalmente improcedente o lançamento fiscal, determinando o seu cancelamento, com o consequente arquivamento do processo fiscal em exame”.

A presente questão diz respeito ao Auto de Infração – AI/DEBCAD nº 37.081.525-4 (fls. 4-195) que constitui crédito tributário de penalidade, em face de SERVITIUM LTDA (CNPJ nº 00.558.943/0001-34), pelo descumprimento de obrigação acessório prevista no art. 32, I, da Lei nº 8.212/91, referente a fatos geradores ocorridos no período de 01/1997 a 12/1997. A autuação alcançou o montante de R\$ 1.195,13 (mil cento e noventa e cinco reais e treze centavos). A notificação aconteceu em 27/12/2007 (fl. 264).

Na descrição dos fatos que deram causa ao lançamento, consta do Relatório Fiscal do Auto de Infração (fls. 20-22) que a contribuinte incorreu em ofensa ao “*art. 32, inciso 1 da Lei nº 8.212/91, combinado com o art. 47, inciso 1 e §4º do Regulamento da Organização e do Custo de Seguridade Social — ROCSS*” ao “*deixar de preparar folhas de pagamento das remunerações pagas ou creditadas a todos os segurados a seu serviço, de acordo com os padrões e normas estabelecidos pela RFB*”.

Informa o mesmo documento que:

“Ao examinar os termos de rescisão de contrato de trabalho identificamos pagamentos de remuneração aos segurados empregados por ocasião da homologação da rescisão, no período de 01/1997 a 12/1997, referentes a rubricas com incidência de contribuição previdenciária (saldo de salário, décimo terceiro salário, aviso prévio trabalhado).

Também constatamos através de recibo de Salário relativo ao período de 08/1997 a 12/1997 pagamentos de horas extras, adicional noturno e insalubridade.

Contudo, a análise mensal das folhas de pagamento apresentadas de 08/1997 a 12/1997 revelou que a empresa não inclui as verbas rescisórias contidas nos termos de rescisão, tampouco inclui as horas extras, o adicional noturno e o adicional de insalubridade observados nos recibos de salário. Ressalte-se, também, que existe a não inclusão de segurados empregados na folha de pagamento [...].

O Auto de Infração veio acompanhado dos seguintes documentos (fls. 23-195): i) Cópia do contrato social da contribuinte com suas alterações; ii) Cópias de documentos dos responsáveis legais; iii) Cópias dos dados do Contador; iv) Cópias de rescisões de contratos de trabalho; v) Cópias de folhas de pagamento 08/1997 a 12/1997; vi) Cópias de recibo de salário de 08/1997 a 12/1997.

A contribuinte apresentou impugnação (fls. 197-202) em 28/01/2007 (fl. 255), pela qual alegou os mesmos argumentos do Recurso Voluntário transcritos acima. Ao final, formulou pedidos nos seguintes termos (fl. 202):

“Por todo o exposto, requer a Impugnante, seja a presente Impugnação recebida e julgada procedente para decretar-se nulidade do auto de infração, tendo em vista, a aplicação do instituto da decadência, Código Tributário Nacional, artigo 1516 V, conforme as divergências e jurisprudência apresentadas, seja a presente ação fiscal julgada totalmente improcedente determinando-se o cancelamento do presente auto, com o consequente arquivamento do processo fiscal em exame”.

A Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Recife/PE (DRJ), por meio do Acórdão nº 11-22.345, de 20 de maio de 2008 (fls. 256-258), negou provimento à impugnação, mantendo integralmente a exigência fiscal, conforme o entendimento resumido na seguinte ementa:

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS**

Período de apuração: 01/06/1997 a 31/12/1997

**OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA, FOLHA DE PAGAMENTO. ELABORAÇÃO FORA DOS PADRÕES. MULTA.**

Constitui infração à legislação previdenciária deixar a empresa de preparar folha de pagamento das remunerações pagas ou creditadas a todos os segurados a seu serviço, de acordo com os padrões e normas estabelecidos.

**DECADÊNCIA. INOCORRÊNCIA.**

A decadência das contribuições devidas à Seguridade Social nos termos expressos na legislação previdenciária é decenal.

Lançamento Procedente.

É o relatório do essencial.

## **Voto**

Conselheiro Maurício Dalri Timm do Valle, Relator.

***Conhecimento***

A intimação do Acórdão deu-se em 18 de fevereiro de 2009 (fl. 263), e o protocolo do recurso voluntário ocorreu em 12 de março de 2009 (fls. 269-274). A contagem do prazo deve ser realizada nos termos do art. 5º do Decreto n.º 70.235, de 6 de março de 1972. O recurso, portanto, é tempestivo, e dele conheço parcialmente, deixando de conhecer as alegações de constitucionalidade..

***Mérito***

Trata-se de multa pelo descumprimento de obrigação acessório prevista no art. 32, I, da Lei nº 8.212/91, referente a fatos geradores ocorridos no período de 01/1997 a 12/1997. A autuação alcançou o montante de R\$ 1.195,13 (mil cento e noventa e cinco reais e treze centavos). A notificação aconteceu em 27/12/2007 (fl. 264).

Operou-se, portanto, a decadência, nos termos do art. 173, I, do Código Tributário Nacional, que é o aplicável no presente caso, de acordo com a Súmula CARF nº 101:

**Súmula CARF nº 101**

Na hipótese de aplicação do art. 173, inciso I, do CTN, o termo inicial do prazo decadencial é o primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado. (**Vinculante**, conforme [Portaria MF nº 277](#), de 07/06/2018, DOU de 08/06/2018).

No caso de multa por descumprimento de obrigação acessória previdenciária, a aferição da decadência tem sempre como base o art. 173, I, do CTN, ainda que se verifique pagamento antecipado da obrigação principal correlata ou esta tenha sido fulminada pela decadência com base no art. 150, § 4º, do CTN.

Aplica-se, também, a Súmula CARF 148:

**Súmula CARF nº 148**

No caso de multa por descumprimento de obrigação acessória previdenciária, a aferição da decadência tem sempre como base o art. 173, I, do CTN, ainda que se verifique pagamento antecipado da obrigação principal correlata ou esta tenha sido fulminada pela decadência com base no art. 150, § 4º, do CTN.

Diante do exposto, voto por dar provimento ao recurso.

(documento assinado digitalmente)

Maurício Dalri Timm do Valle

